DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8

www.pwc.com.br

SPE Farol de Touros Energia S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e relatório do auditor independente

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
SPE Farol de Touros Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SPE Farol de Touros Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8

SPE Farol de Touros Energia S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

- Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8

SPE Farol de Touros Energia S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 8 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Adriano Correia
Signed By: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA:78278562504
CPF: 78278562504
Signing Time: 08 de março de 2024 | 20:01 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Issuer: AC SERASA RFB v5
99D108451FA5438...

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso Interno CPFL

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2
ATIVO 3
PASSIVO 4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE 6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 8
(1) CONTEXTO OPERACIONAL 9
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 10
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS 10
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO 17
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 17
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 17
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS 18
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR 18
(9) OUTROS ATIVOS 19
(10) IMOBILIZADO 19
(11) FORNECEDORES 20
(12) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS 20
(13) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER 22
(14) PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS 22
(15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO 22
(16) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA 24
(17) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA 24
(18) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 24
(19) RESULTADO FINANCEIRO 25
(20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 25
(21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 25
(22) SEGUROS 26
(23) GESTÃO DE RISCOS 27
(24) INSTRUMENTOS FINANCEIROS 28
(25) COMPROMISSOS 30

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso Interno CPFL

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da SPE Farol de Touros S.A. ("Farol de Touros" ou "Companhia"), submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras na íntegra, relatório da administração e o parecer dos auditores independentes estão disponíveis na sede da Companhia e podem ser acessadas em **www.cpfl.com.br/ri**.

A Companhia esclarece que não emitiu debêntures durante o exercício e que não emitiu ou recomprou debêntures anteriormente emitidas. Atualmente a Companhia não detém participação societária em outras sociedades.

Durante o exercício de 2023, não houve investimentos significativos efetuados pela Companhia.

A Companhia apresentou o Lucro operacional de R$ 10.745, comparando com o lucro de R$ 14.983 do exercício anterior. Do lucro apurado, a Companhia destinou R$ 3.061 a título de constituição de reserva de lucros, R$ 1.021 a título de dividendos mínimos obrigatórios e R$ 215 para reserva legal.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

SPE FAROL DE TOUROS ENERGIA S.A.
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.101	267
Títulos e valores mobiliários	6	682	549
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	5.727	6.136
Tributos a compensar	8	25	36
Outros ativos	9	123	6.974
Total do circulante		**7.657**	**13.962**
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	8	450
Tributos a compensar	8	64	64
Outros ativos	9	5.865	1.154
Imobilizado	10	113.306	118.458
Total do não circulante		**119.242**	**120.125**
Total do ativo		**126.900**	**134.087**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

SPE FAROL DE TOUROS ENERGIA S.A.
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	11	1.216	3.230
Empréstimos e financiamentos	12	2.588	3.149
Imposto de renda e contribuição social a recolher	13	198	223
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	13	83	86
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	21	4.913	9.702
Dividendos e juros sobre capital próprio	15	2.466	3.166
Outras contas a pagar		422	579
Total do circulante		**11.885**	**20.135**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	48.212	50.700
Provisão para desmobilização de ativos	14	1.321	1.046
Total do não circulante		**49.532**	**51.746**
Patrimônio líquido	**15**		
Capital social		57.469	57.469
Reserva de lucros		8.013	4.737
Total do patrimônio líquido		**65.482**	**62.206**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**126.900**	**134.087**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

SPE FAROL DE TOUROS ENERGIA S.A.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	**16**	**20.659**	**20.768**
Custo com serviços			
Custo com energia elétrica	**17**	**(2.927)**	**1.787**
Custo com operação		**(6.987)**	**(7.572)**
Depreciação e amortização	10	(5.323)	(6.223)
Outros custos com operação	18	(1.664)	(1.349)
Lucro operacional bruto		**10.745**	**14.983**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		**(1.759)**	**(1.611)**
Outras despesas gerais e administrativas	18	(1.759)	(1.611)
Outras despesas operacionais		**(11)**	**(9)**
Outras despesas operacionais	18	(11)	(9)
Resultado do serviço		**8.972**	**13.362**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	502	980
Despesas financeiras	19	(4.368)	(7.281)
		(3.866)	**(6.301)**
Lucro antes dos tributos		**5.106**	**7.062**
Contribuição social	20	(278)	(322)
Imposto de renda	20	(532)	(655)
		(810)	**(977)**
Lucro líquido do exercício		**4.297**	**6.085**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

SPE FAROL DE TOUROS ENERGIA S.A.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	4.297	6.085
Resultado abrangente do exercício	**4.297**	**6.085**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

SPE FAROL DE TOUROS ENERGIA S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de Lucro			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva Legal	Reserva de lucros	Dividendos		
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		**57.469**	**97**	**-**	**1.380**	**-**	**58.946**
Resultado abrangente total		**-**	**-**	**-**	**-**	**6.085**	**6.085**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.085	6.085
Mutações internas do patrimônio líquido		**-**	**304**	**4.336**	**-**	**(4.640)**	**-**
Constituição de reserva legal		-	304	-	-	(304)	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	4.336	-	(4.336)	-
Transações de capital com os sócios		**-**	**-**	**-**	**(1.380)**	**(1.445)**	**(2.825)**
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	(1.445)	(1.445)
Pagamento de dividendos do exercício anterior		-	-	-	(1.380)	-	(1.380)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**57.469**	**401**	**4.336**	**-**	**-**	**62.206**
Resultado abrangente total		**-**	**-**	**-**	**-**	**4.297**	**4.297**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.297	4.297
Mutações internas do patrimônio líquido		**-**	**215**	**3.061**	**-**	**(3.276)**	-
Constituição de reserva legal	15	-	215	-	-	(215)	-
Constituição de reserva de lucros	15	-	-	3.061	-	(3.061)	-
Transações de capital com os sócios		**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.021)**	**(1.021)**
Dividendo mínimo obrigatório	15	-	-	-	-	(1.021)	(1.021)
Saldos em 31 de dezembro 2023		**57.469**	**616**	**7.397**	**-**	**-**	**65.482**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

SPE FAROL DE TOUROS ENERGIA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro antes dos tributos	**5.106**	**7.062**
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e Amortização	5.322	6.223
Ajuste a valor presente de provisão para custos socioambientais	103	(154)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2	-
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	1.184	5.266
	11.717	**18.397**
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	849	1.006
Tributos a compensar	11	117
Outros ativos operacionais	(2.140)	(7.065)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	2.014	2.044
Outros tributos e contribuições sociais	(28)	(646)
Outros passivos operacionais	(518)	(196)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	**11.905**	**13.657**
Encargos de dívidas pagos	(2.752)	(6.347)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(605)	(724)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**8.548**	**6.586**
Atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(3.196)	(3.449)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(133)	(549)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	-	12.788
Baixa de ativo não circulante	3.025	422
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	**(304)**	**9.212**
Atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(1.721)	(1.380)
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(5.689)	(15.337)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	**(7.410)**	**(16.717)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**834**	**(919)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	**267**	**1.186**
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**1.101**	**267**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso Interno CPFL

SPE FAROL DE TOUROS ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A SPE Farol de Touros Energia S.A. ("Companhia") é uma companhia por ações de capital fechado, constituída em 07 de fevereiro de 2011, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632 - Jardim Professora Tarcilia Campinas, com o propósito principal de implantar e explorar o potencial como produtor independente de energia elétrica a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, instalada no Estado do Rio Grande do Norte.

1.1 Projeto de geração eólica:

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração de energia eólica, iniciou as operações em 30 de setembro de 2021.

Projeto eólico	Data da Resolução	Resolução original	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)
Farol de Touros	11/01/2019	Portaria 003	35 anos	24,85

O prazo da autorização é contado a partir da data da sua assinatura.

1.2 Sazonalidade

A receita operacional e os custos de geração dos parques eólicos sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo do ano, com a menor velocidade média dos ventos no primeiro semestre, que impacta diretamente nas quantidades de energia gerada.

1.3 Mudanças Climáticas CPFL

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a controladora da Companhia, a CPFL Energia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, a controladora da Companhia, a CPFL Energia realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela Companhia;
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025[1], reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação "Nossa jornada contra as mudanças climáticas" a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

[1] Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025.

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso Interno CPFL

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 07 de março de 2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 24 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
Nota 10 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
Nota 12 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
Nota 14 – Provisões para desmobilização de ativos
Nota 23 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo).

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pelo Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se tornou uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment.* As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

– a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos:

– como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

– os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

– como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

– a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

consistente. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes.

(ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 23.

– Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os ganhos e perdas na alienação e ou/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução n° 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.4 Redução ao valor recuperável

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em default quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões com base em suas taxas de inadimplência observadas históricas ao longo da vida esperada das contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses)*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), Exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio ("*goodwill*"), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.5 Provisões para desmobilização de ativos

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas eólicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 9,53% (9,95% em 31 de dezembro de 2022) para as provisões de desmobilização

3.6 Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado, ou conforme previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

3.7 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total faturado pela Companhia.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais
O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

3.9 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia adotou as alterações ao CPC 32 / IAS 12 de tributos sobre lucro, o qual, estabeleceu o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis, mas vale ressaltar que na Companhia, não houve impactos significativos com a adoção das alterações na norma. Também levou

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso Interno CPFL

em consideração as mudanças ocorridas no CPC 23 / IAS 8 considerando as mudanças introduzidas na definição de estimativas contábeis e os esclarecimentos a respeito da distinção de estimativas contábeis e políticas contábeis. Por fim, destaca-se também a adoção ocorrida no CPC 26 (R1) / IAS 1 no que concerne a aplicação de julgamento de materialidade para as políticas contábeis, ao levar em consideração que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.10 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 (R1) / IAS 1)

Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida pelo IFRS a fim de esclarecer que a Entidade que possuir passivos com cláusulas contratuais restritivas (covenants) apenas será afetada pela classificação do passivo para casos em que o atingimento desses índices deva ocorrer até a data do balanço.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(b) Divulgações Gerais relacionadas à Sustentabilidade (IFRS S1) e Divulgações Relacionadas ao Clima (IFRS S2).

Em junho de 2023, o International Sustainability Standards Board (ISSB) emitiu as suas duas primeiras Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS, a IFRS S1 de Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e a IFRS S2 de Divulgações Relacionadas ao Clima.

A IFRS S1 estabelece os requisitos gerais de como as Companhias devem divulgar em seu relatório, informações relevantes sobre os riscos e oportunidades relacionados à Sustentabilidade e que sejam importantes para tomada de decisão dos usuários das Demonstrações Financeiras, uma vez que possam impactar diretamente nas decisões da empresa.

Já a IFRS S2, considerando os efeitos de todas as alterações climáticas que estão ocorrendo e venham a ocorrer ao longo dos anos, exige a divulgação dos riscos e oportunidades relacionados com o clima, levando em conta o setor, indústria e demais circunstâncias nas quais a empresa atua. Vale ressaltar que a IFRS destaca que as mudanças climáticas se apresentam como risco para as empresas que estão expostas diretamente ou indiretamente a tais mudanças e oportunidade para empresas que atuam como mitigadoras das mudanças climáticas.

As empresas são obrigadas a aplicar a IFRS S1 e a IFRS S2 em conjunto para garantir a conformidade com as Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS. Pelo IFRS, as alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. No Brasil, para as Companhias abertas, a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade foi aprovada pela CVM através da Resolução CVM 193 de 20 de outubro de 2023, com adoção voluntária a partir de 1º de janeiro de 2024 e adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2026.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações e os novos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras, e não adotará.

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos bancários	52	2
Aplicações financeiras	1.049	265
Fundos de investimento (a)	1.049	265
Total	**1.101**	**267**

a) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente na média de 100,38% do CDI (101,09% do CDI em 31 de dezembro de 2022), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos e valores mobiliários		
Através de fundos de investimentos	682	549
Total	**682**	**549**

Em 31 de dezembro de 2023 representa valores aplicados em títulos de dívida pública e privada, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, acumulada para 2023 é de 100,38% do CDI (101,09% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos > 90 dias	Total 31/12/2023	Total 31/12/2022
Circulante				
Operações realizadas na CCEE	1.830	-	1.830	1.776
Concessionárias e permissionárias	-	3.899	3.899	4.360
	1.830	**3.899**	**5.729**	**6.136**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(2)	-
Total			**5.727**	**6.136**
Não circulante				
Operações realizadas na CCEE	8	-	8	450
Total	**8**	**-**	**8**	**450**

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. A Companhia entende não haver riscos significativos na realização desses ativos e, consequentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") - a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	13	24
Programa de integração social - PIS	2	2
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	10	10
Outros tributos a compensar	**25**	**36**
Total circulante	**25**	**36**
Não circulante		
Imposto de renda a compensar - IRPJ	36	36
Imposto de renda e contribuição social a compensar	**36**	**36**
ICMS a compensar	28	28
Outros tributos a compensar	**28**	**28**
Total não circulante	**64**	**64**

Imposto de renda e contribuição social a compensar – refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real.

Imposto de renda retido na fonte – IRRF - refere-se a retenções sobre aplicações financeiras que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas.

Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS – refere-se a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

(9) OUTROS ATIVOS

	31/12/2023	31/12/2022
Cauções, fundos e depósitos vinculados	1.116	1.154
Termo de quitação	4.749	6.833
Despesas antecipadas	122	141
Total	**5.988**	**8.128**
Circulante	**123**	**6.974**
Não Circulante	**5.865**	**1.154**

Cauções, fundos e depósitos vinculados - referem-se a conta reserva constituída de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamentos a serem mantidas até a amortização dos mesmos.

Termo de quitação - refere-se à valores a receber junto aos fornecedores, este recebível é proveniente da assinatura do Termo de quitação para pagamento de danos acordados devido ao atraso na conclusão do comissionamento dos empreendimentos do complexo eólico de Gameleiras.

(10) IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2022	**127**	**30.223**	**103.146**	**(15.038)**	**118.458**
Custo histórico	127	30.990	109.631	(15.038)	125.710
Depreciação acumulada	-	(766)	(6.487)	-	(7.253)
Adições	-	-	-	3.196	3.196
Baixas	-	(3.025)	-	-	(3.025)
Transferências	(127)	(16.518)	3.628	13.017	-
Depreciação	-	(417)	(4.905)	-	(5.322)
Saldo em 31/12/2023	**-**	**10.264**	**101.867**	**1.175**	**113.306**
Custo histórico	-	11.447	113.259	1.175	125.881
Depreciação acumulada	-	(1.183)	(11.392)	-	(12.575)

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2021	**127**	**15.247**	**106.114**	**-**	**121.488**
Custo histórico	127	15.355	107.036	-	122.518
Depreciação acumulada	-	(108)	(922)	-	(1.030)
Adições	-	166	-	3.449	3.615
Baixas	-	-	-	(422)	(422)
Transferências	-	15.469	2.595	(18.065)	-
Depreciação	-	(658)	(5.565)	-	(6.223)
Saldo em 31/12/2022	**127**	**30.223**	**103.145**	**(15.038)**	**118.457**
Custo histórico	127	30.990	109.631	(15.038)	125.711
Depreciação acumulada	-	(767)	(6.487)	-	(7.254)

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “Depreciação e amortização”.

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

Teste de redução ao valor recuperável de ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2023 e 2022 não houve necessidade de provisão de recuperação.

(11) FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	100	197
Encargos de uso da rede elétrica	163	148
Materiais e serviços	953	2.885
Total	**1.216**	**3.230**

(12) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
IPCA	54.426	-	(323)	(2.752)	51.350
Total ao custo	**54.426**	**-**	**(323)**	**(2.752)**	**51.350**
Gastos com captação (*)	(577)	-	27	-	(550)
Total	**53.849**	**-**	**(296)**	**(2.752)**	**50.800**
Circulante	**3.149**				**2.588**
Não Circulante	**50.700**				**48.212**

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Pós Fixado					
IPCA	57.304	-	3.468	(6.347)	54.426
Total ao custo	**57.304**	**-**	**3.468**	**(6.347)**	**54.426**
Gastos com captação (*)	**(604)**	**-**	**27**	-	**(577)**
Total	**56.700**	**-**	**3.495**	**(6.347)**	**53.849**
Circulante	**3.426**				**3.148**
Não Circulante	**53.273**				**50.700**

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2023	31/12/2022	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
IPCA					
BNB	IPCA + de 1,36% a 1,48%	51.350	54.426	2023 a 2044	(i) Alienação Fiduciária de Bens; (ii) Alienação Fiduciária de Recebíveis; (iii) Penhor de Ações; (iv) Penhor de Direitos Emergentes autorizados pela Aneel; (v) Penhor de Recebíveis / Direitos Creditórios de Contratos Operacionais; (vi) Garantia Corporativa da Controladora; (vii) Garantia Bancária; (viii) Conta reserva
Total moeda nacional		**51.350**	**54.426**		

Os empréstimos e financiamentos vigentes no exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 tem detalhamento conforme segue:

Ano de vencimento	R$ mil
2025	2.520
2026	2.520
2027	2.520
2028	2.520
2029	2.520
2030 a 2034	12.599
2035 a 2039	12.809
2040 a 2044	10.205
Total	**48.212**

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas subsidiárias da CPFL Renováveis exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais *(cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da Companhia, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,2.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,28.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. (“State Grid Brazil”)

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

(13) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	130	148
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	68	75
Imposto de renda e contribuição social a recolher	**198**	**223**
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	4	1
Programa de integração social - PIS	12	11
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	54	52
Outros	12	21
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	**83**	**86**
Total Circulante	**281**	**309**

(14) PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

As provisões de desmobilização são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Enquanto as provisões socioambientais são estimativas atreladas as obrigações legais, com o intuito de mitigar, minimizar e/ou compensar o impacto ocorrido ao meio ambiente no entorno da região onde foi construído o empreendimento.

Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 9,53% (9,95% em 31 de dezembro de 2022) para as provisões de desmobilização.

	Saldo em 31/12/2022	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2023
Desmobilização de ativos	1.046	171	103	1.321
Total	**1.046**	171	**103**	**1.321**

	Saldo em 31/12/2021	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2022
Desmobilização de ativos	1.199	(257)	103	1.046
Total	**1.199**	(257)	**103**	**1.046**

(15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2023 está distribuída da seguinte forma:

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

Acionistas	31/12/2023 Ações	Participação %
CPFL Energias Renováveis S.A.	53.087.677	93,53%
Nilton Leite da Fonseca Filho	3.671.061	6,47%
Total	**56.758.738**	**100,00%**

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o Capital Social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 57.469, representado por 56.758.738 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Reserva de Lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 8.013 (R$ 4.737 em 31 de dezembro de 2022), representado pela seguinte abertura: i) reserva legal de R$ 616 (R$ 401 em 31 de dezembro de 2022) e ii) reserva estatutária R$ 7.397 (R$ 4.336 em 31 de dezembro de 2022).

Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê que a competência para a declaração de dividendos é da Diretoria Executiva. Conforme o estatuto social os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	31/12/2023
Lucro Líquido do Exercício	4.297
Constituição de Reserva Legal	(215)
Base para destinação	**4.082**
Dividendo mínimo obrigatório	(1.021)
Constituição de reserva de retenção de lucros	(3.061)

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

(16) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	R$ mil	
Receita de operações com energia elétrica	**2023**	**2022**
Classe de consumidores		
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	21.513	20.896
Energia elétrica de curto prazo	16	784
Suprimento de energia elétrica	**21.529**	**21.680**
Total da receita operacional bruta	**21.529**	**21.680**
Deduções da receita operacional		
PIS	(140)	(141)
COFINS	(646)	(650)
Outros	(84)	(121)
	(870)	**(912)**
Receita operacional líquida	**20.659**	**20.768**

Receita de operações com energia elétrica - em GWh	**2023**	**2022**
Eólica	108	118
Suprimento de Energia Elétrica	**108**	**118**

(17) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R$ mil	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Energia comprada para revenda	13	19	915	1.017
Indenizações contratuais	-	-	130	(4.566)
Subtotal	**13**	**19**	**1.050**	**(3.544)**
Encargos da rede básica	-	-	1.877	1.757
Subtotal	**-**	**-**	**1.877**	**1.757**
Total	**13**	**19**	**2.927**	**(1.787)**

Indenizações contratuais: refere-se à valores a receber junto ao fornecedor, no montante de R$ 4.566. Este montante foi parcialmente compensado com passivos que a Companhia possuía junto ao fornecedor. Este recebível é proveniente da assinatura do Termo de quitação para pagamento de danos acordados devido ao atraso na conclusão do comissionamento dos empreendimentos do complexo eólico de Gameleiras.

(18) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

			Despesas Operacionais					
	Custo com operação		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Pessoal	524	452	933	938	-	-	1.457	1.390
Material	137	37	50	47	-	-	187	84
Serviços de terceiros	193	33	713	573	-	-	906	606
Outros	810	827	63	53	11	9	884	889
Arrendamentos e aluguéis	657	695	59	51	-	-	716	746
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	153	132	4	2	11	9	168	143
Total	**1.664**	**1.349**	**1.759**	**1.611**	**11**	**9**	**3.433**	**2.969**

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

(19) RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	393	795
Outros	109	185
Total	**502**	**980**
Despesas		
Encargos de dívidas	(2.750)	(4.716)
Outros	(1.618)	(2.565)
Total	**(4.368)**	**(7.281)**
Resultado financeiro	**(3.866)**	**(6.301)**

(20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para 2023 e 2022. O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas vigentes nos respectivos exercícios.

	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	21.529	21.529	21.680	21.680
Alíquota sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	1.722	**2.583**	**1.733**	**2.602**
Receitas financeiras	502	502	980	980
Base de cálculo	2.224	3.085	2.713	3.582
Alíquotas vigentes	25%	9%	25%	9%
	556	**278**	**678**	**322**
Ajuste decorrente do adicional de IR	(23)	-	(23)	-
Débito fiscal apurado	**532**	**278**	**655**	**322**

(21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”), controlada pela CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”) com 50,85% de seu capital social. A CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”) detém o controle da CPFL Geração, com 100% de seu capital social, e detém investimento de 49,15% do capital da CPFL Renováveis. A CPFL Energia possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

  É controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, Companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

  É controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

  Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

  As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

  a) Compra e venda de energia e encargos - Refere-se basicamente à compra e venda de energia,

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado regulado, tem seus preços definidos através de mecanismos estabelecidos pelo Poder Concedente

b) Alocação de despesas (outras contas a pagar) - Refere-se a rateios de despesas de mão-de-obra entre a CPFL Renováveis e a Companhia.

	Ativo		Passivo		Despesa	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Compra e venda de energias e encargos						
Entidades sob o controle da CPFL Energia	2.234	4.360	-	(4)	(109)	(144)
Divdendos						
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	(2.466)	(3.166)	-	-
Contrato de mútuo						
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	(4.913)	(9.702)	(1.059)	(1.921)
Outras contas a pagar						
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	(295)	(370)	(2.219)	(2.068)
Total	**2.234**	**4.360**	**(7.674)**	**(13.242)**	**(3.387)**	**(4.133)**

Pessoal-chave da Administração

A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A remuneração da Administração da Companhia é paga pela Controladora CPFL Energias Renováveis.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

(22) SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Na Companhia as principais coberturas de seguros são:

Ramo da apólice*	31/12/2023
Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	300.000
Distribuidoras de energia elétrica	90.000
Seguro Garantia	7.956
	397.956

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso Interno CPFL

(23) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, a geração de energia elétrica de fontes renováveis, as atividades são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na CPFL Energia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria Interna e Riscos Compliance e Data Protect Officer (DPO), bem como áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de risco propostos; e
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados;
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e;
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO da CPFL Energia é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos gestores dos negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a seus ativos e passivos financeiros. A quantificação deste risco está apresentada na nota 24.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de *software* Bloomberg, tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(24) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2023 Contábil	31/12/2023 Valor Justo	31/12/2022 Contábil	31/12/2022 Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	1.101	1.101	266	266
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	682	682	549	549
Total				**1.783**	**1.783**	**815**	**815**
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	12	(b)	Nível 2 (**)	50.800	50.800	53.849	53.849
Total				**50.800**	**50.800**	**53.849**	**53.849**

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo
(**) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda
Categoria / Mensuração:
(a) - Valor justo contra o resultado
(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Adicionalmente, não houve em 2023 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.
Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado (basicamente por taxas de juros) irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno

c) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado abaixo.

					Receita (despesa)		
Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Cenário provável	Elevação/ Redução de índice em 25% (b)	Elevação/ Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	1.731				175	44	88
	1.731	baixa CDI	**11,65%**	**10,11%**	**175**	**44**	**88**
Instrumentos financeiros passivos	(51.350)				(1.792)	(2.240)	(2.688)
	(51.350)	alta IPCA	**4,62%**	**3,49%**	**(1.792)**	**(2.240)**	**(2.688)**
Total	**(49.619)**				**(1.617)**	**(2.196)**	**(2.601)**
Efeitos no resultado do exercício					**(1.617)**	**(2.196)**	**(2.601)**

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso interno CPFL

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de uma Companhia incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

Contas a receber de clientes

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de não recebimento de saldos de venda de energia é irrelevante. A Companhia não está exposta a um elevado risco de crédito, sendo que eventuais inadimplências são mitigadas por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os saldos a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, monitora a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pela ANEEL, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas.

e) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2023	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	11	153	698	365	-	-	-	1.216
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	12	341	210	2.037	7.559	5.040	35.613	50.800
Total		**494**	**908**	**2.402**	**7.559**	**5.040**	**35.613**	**52.016**

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita a exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívidas que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA- (*Fitch*, *Moody's* e *S&P*).

A Companhia considera que os depósitos vinculados têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2023 e 2022 títulos que tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável.

(25) COMPROMISSOS

O cronograma de vencimentos dos principais compromissos de longo prazo da Companhia é como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2023	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	30 anos	1.980	4.246	4.549	87.294	98.069
Total		**1.980**	**4.246**	**4.549**	**87.294**	**98.069**

DocuSign Envelope ID: 52BAE0EC-8AA0-48B2-887F-1326ABB9D5F8
Uso Interno CPFL

DIRETORIA

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Contábeis
CRC 1SP321353/O-4

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 52BAE0EC8AA048B2887F1326ABB9D5F8
Status: Concluído

Assunto: Complete com a DocuSign: 4Q23 DF Farol de Touros 2023 - 1rev.docx, SPEFAROLDETOUROSENERGIA23.DE...

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 35
Certificar páginas: 8
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Assinaturas: 1
Rubrica: 0

Remetente do envelope:
Yuri Clementino
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
São Paulo, São Paulo 04538-132
yuri.clementino@pwc.com
Endereço IP: 201.56.5.228

Rastreamento de registros

Status: Original 08 de março de 2024 | 19:07	Portador: Yuri Clementino yuri.clementino@pwc.com	Local: DocuSign
Status: Original 08 de março de 2024 | 20:01	Portador: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Adriano Correia adriano.correia@pwc.com Sócio Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 25 de fevereiro de 2022 | 21:45 ID: 4a676164-8029-488e-ba04-8e55a616033c Nome da empresa: PwC	DocuSigned by: Adriano Correia 99D108451FA5438... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 18.231.224.7	Enviado: 08 de março de 2024 | 19:09 Visualizado: 08 de março de 2024 | 20:00 Assinado: 08 de março de 2024 | 20:01

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Uanderson Telles uanderson.teles@pwc.com Gerente de Auditoria PricewaterhouseCoopers Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através do DocuSign	**Copiado**	Enviado: 08 de março de 2024 | 19:09 Visualizado: 08 de março de 2024 | 19:25

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Yuri Clementino yuri.clementino@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	**Copiado**	Enviado: 08 de março de 2024 | 19:09 Reenviado: 08 de março de 2024 | 20:01

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através do DocuSign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	08 de março de 2024 | 19:09
Entrega certificada	Segurança verificada	08 de março de 2024 | 20:00
Assinatura concluída	Segurança verificada	08 de março de 2024 | 20:01
Concluído	Segurança verificada	08 de março de 2024 | 20:01

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.